



**Processo nº** 13709.002291/2006-49  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **2301-008.406 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 6 de novembro de 2020  
**Recorrente** SERAFIM DA SILVA E OLIVEIRA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Exercício: 2003

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.

Matérias preclusas não são passíveis de conhecimento no julgamento do recurso voluntário.

DIRPF. RETIFICAÇÃO.

Não cabe às instâncias administrativas e julgamento apreciar, em primeira mão, pedidos de retificação de declaração.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

Sheila Aires Cartaxo Gomes - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Paulo César Macedo Pessoa - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Joao Mauricio Vital, Wesley Rocha, Cleber Ferreira Nunes Leite, Fernanda Melo Leal, Paulo Cesar Macedo Pessoa, Leticia Lacerda de Castro, Mauricio Dalri Timm do Valle, Sheila Aires Cartaxo Gomes (Presidente).

## **Relatório**

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório do Acórdão nº 13-24.350 – 7<sup>a</sup> Turma da DRJ/RJOII (e-fls. 66 e ss), verbis;

Trata-se de impugnação apresentada pela pessoa física em epígrafe em 06/09/2006 contra o Auto de Infração do Imposto de Renda Pessoa Física, lavrado em 29/06/2006, que apurou o crédito tributário no valor de R\$ 3.436,44, resultante da revisão da Declaração de Ajuste Anual retificadora, exercício de 2003, ano-calendário de 2002, recepcionada em 21/06/2005, fls. 25 a 28.

2. Segundo a descrição dos fatos do Auto- de- Infração, no procedimento de revisão da Declaração de Ajuste Anual, a Autoridade Fiscal considerou como indevida a dedução a título de Carne Leão, prevista no art. 12, V da Lei nº 9.250, de 26/12/1995, no valor de R\$ 2.930,46.

3. O Impugnante, em síntese, reclama o fato de não terem sido consideradas no Acerto de Declaração as Despesas Médicas; e de o rendimento tributável ter ali constado como sendo de R\$ 25.662,00, em lugar de R\$ 26.062,00.

Não obstante as alegações defensivas, a impugnação foi julgada improcedente:

Cientificado da decisão de piso em 22/05/2009, o recorrente interpôs recurso voluntário (e-fls. 74), em 29/05/2009. Em suma, reitera as alegações defensivas, e aduz ter apurado IRPF na DIRPF original, no valor principal de R\$ 573,20, pago em cotas.

## Voto

Conselheiro Paulo César Macedo Pessoa, Relator.

Não conheço da matéria preclusa, assim entendida aquela que não tenha sido objeto da impugnação ao lançamento, a saber: alegação de ter pago o IRPF apurado DIRPF original, no valor principal de R\$ 573,20.

Não houve impugnação ou recurso voluntário contra a infração objeto do lançamento, qual seja, a glosa de dedução indevida de carnê-leão.

Quanto ao pedido de retificação da DIRPF retificadora objeto da ação fiscal, para que sejam incluídas despesas médicas omitidas, bem como seja alterado o valor dos rendimentos tributáveis declarados, sob arguição de erro material, trata-se de matéria estranha à lide, insusceptível de conhecimento, em primeira mão, por esse colegiado.

Do exposto, não conheço do recurso voluntário.

## Conclusão

Com base no exposto, voto por não conhecer do recurso.

(documento assinado digitalmente)

Paulo César Macedo Pessoa